EMENDA ADITIVA N.º 13 DE 2017

PROJETO DE LEI N.º 6.787, DE 2016

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências.

Inclua-se no PL 6787/2016 os seguintes dispositivos:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"TÍTULO IV-A DA REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADOS

- Art. 510-A. Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de uma comissão, sem prejuízo das atribuições constitucionais do sindicato.
 - § 1º A comissão será composta:
- I nas empresas com mais de duzentos e até três mil empregados, por três membros;
- II nas empresas com mais de três mil e até cinco mil empregados, por cinco membros;
- III nas empresas com mais de cinco mil empregados, por sete membros.
- § 2º No caso de a empresa possuir empregados em vários Estados da Federação e no Distrito Federal, será assegurada a eleição de, no mínimo, uma comissão de representantes dos empregados por Estado ou no Distrito Federal, na mesma forma estabelecida no § 1º deste artigo.
- §3º As empresas onde exista representação sindical no local de trabalho ficam dispensadas do cumprimento do disposto neste título.
- Art. 510-B. Sob a coordenação do sindicato, a comissão de representação no local de trabalho poderá:
- l promover o diálogo e o entendimento no ambiente de trabalho com o fim de prevenir conflitos;
- II encaminhar aos sindicatos as reivindicações específicas dos empregados no âmbito de sua representação na busca de soluções para os conflitos decorrentes da relação de trabalho;
- III assegurar tratamento justo e imparcial aos empregados, impedindo qualquer forma de discriminação por motivo de sexo, idade, religião, opinião política ou atuação sindical;

 IV – acompanhar o cumprimento das leis trabalhistas, previdenciárias e das convenções coletivas e acordos coletivos de trabalho.

Parágrafo único. As decisões da comissão de representantes dos empregados serão sempre colegiadas, observada a maioria simples.

- Art. 510-C. A eleição será convocada, coordenada e realizada pelo sindicato da categoria profissional, com antecedência mínima de trinta dias do término do mandato anterior, por meio de edital que deverá ser fixado na empresa, com ampla publicidade, para inscrição de candidatura.
- § 1º Será formada Comissão Eleitoral, integrada por cinco empregados, não candidatos, para a organização e o acompanhamento do processo eleitoral, vedada a interferência da empresa.
- § 2º Os empregados da empresa poderão se candidatar, exceto aqueles com contrato de trabalho por prazo determinado e contrato suspenso.
- § 3º Serão eleitos membros da comissão de representantes dos empregados os candidatos mais votados, em votação secreta, vedado o voto por representação.
- § 4º A comissão tomará posse no primeiro dia útil seguinte à eleição ou ao término do mandato anterior.
- § 5º Não havendo candidatos suficientes, a comissão de representantes dos empregados poderá ser formada com número de membros inferior ao previsto no art. 510-A desta Consolidação.
- Art. 510-D. O mandato dos membros da comissão de representante dos empregados será de dois anos, permitida uma reeleição, vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa desde o registro de sua candidatura até um ano após o final do mandato.
- § 1º O mandato de membro de comissão de representante dos empregados não implica suspensão ou interrupção do contrato de trabalho, devendo o empregado permanecer no exercício de suas funções.
- § 2º Os documentos referentes ao processo eleitoral devem ser emitidos em duas vias, as quais permanecerão sob a guarda do sindicato, dos empregados e da empresa pelo prazo de cinco anos, à disposição para consulta de qualquer trabalhador interessado, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho.

Sala da sessão,

-85 t